



Plural - Revista de Ciências Sociais

ISSN: 2176-8099

ISSN: 2176-8099

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo

Niemietz, César

Frentes epistemológicas, frentes políticas: resenha de
Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro

Plural - Revista de Ciências Sociais, vol. 25, núm. 1, 2018, Janeiro-Junho, pp. 186-201

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2018.149023>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=649769992011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Frentes epistemológicas, frentes políticas: resenha de *Direita, volver!* O retorno da direita e o ciclo político brasileiro

*Epistemological fronts, political fronts: review of *Direita, volver!*
O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*

César Niemietz^a

VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.) *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, 304 p.

No Brasil, a agenda de pesquisa em Ciências Sociais tem se modificado de maneira intensa, de modo que a forma de lidar com as atuais contingências no terreno das ideias e das práticas passou a exigir esforços cada vez mais coletivos. Nesse cenário vertiginoso de ascensões e declínios de forças sociais conservadoras e progressistas, o adiantado da hora serve como provocação aos cientistas sociais, estimulando entre eles a necessidade de desenvoltura para analisar os fenômenos *in flux*, antes considerados domínio de jornalistas e *fast thinkers* midiáticos de plantão. É este o desafio geral dos estudos reunidos em *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*, organizado por Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel e Gustavo Codas: tensionar a análise sociológica de conjuntura.

Ao longo das trezentas páginas e catorze artigos que preenchem a obra, dezoito autores escrevem, cada qual do seu respectivo posto de observação, sobre os temas que consideram mais urgentes para o entendimento das recentes dinâmicas sociais observadas no Brasil e em alguns de seus vizinhos continentais – o Paraguai, ao sul, e os Estados Unidos, ao norte – focalizando a feroz tomada de assalto da direita nos principais campos de disputa que compõem o atual contexto nacional e internacional, bem como suas interações com os polos pertencentes ao campo do poder.

Se desde a redemocratização a direita brasileira tentou de algum modo se libertar da consciência de si, uma vez que “ser de direita” havia saído de moda com a crise do regime militar e a posterior abertura política, a segunda metade dos anos 2010 parece retomar o resgate do orgulho de valores e ideias conservadoras e reacionárias, evidenciando a emergência de um novo ciclo, no qual o pensamento progressista parece perder espaço a cada renovada leitura do jornal diário. Embora

a Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade de São Paulo.

esse fenômeno já seja investigado há algum tempo pelos pesquisadores europeus e anglo-saxões, pode-se afirmar que a fortuna crítica sobre o tema aqui no Brasil é ainda incipiente, destacando assim a importância da obra apresentada.

No primeiro artigo da coletânea, “Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual”, Sebastião Velasco e Cruz realiza uma reconstrução histórica dos usos sociais da divisão esquerda/direita, enfatizando as dinâmicas políticas nacionais em seus processos revolucionários e contrarrevolucionários. Para além da tradicional tese essencialista feita por Norberto Bobbio, segundo a qual o elemento último de orientação das posições assumidas pela direita e pela esquerda se encontra na assimilação oposta do ideal da igualdade (atitude positiva à esquerda, e negativa à direita) (BOBBIO, 1994), Velasco e Cruz procura enfatizar as identidades, tradições e origens que circunscrevem as duas posições nas lutas políticas e sociais em seus respectivos contextos nacionais.

O exercício inicial de leitura histórica realizado pelo autor indica a possibilidade de um diagnóstico acerca da atuação das direitas nacionais na recente conjuntura política global, qual seja o de que em meio a irregulares avanços e retrocessos no campo das políticas sociais progressistas, o Brasil está inserido no centro da disputa entre esquerda e direita no continente americano, consubstanciada pelos elementos antigos e modernos de sua formação histórica. O aspecto novo desse processo estaria no radicalismo com que os porta-vozes da direita tem se municiado nas disputas pelo espaço público.

No artigo seguinte, “Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras”, de André Kaysel, as mutações das políticas conservadoras durante a história do Brasil são investigadas. Nele, o autor encontra no período do Império e na Primeira República as raízes da conflituosa e ambígua relação entre liberalismo e conservadorismo, bem como os antigos recursos das atuais características atribuídas à “nova” direita brasileira. Trata-se de uma desmistificação do “novo”, em benefício de uma análise que conecta ao presente outras manifestações conservadoras realizadas no passado. Assim como os tambores evocam memórias ancestrais, as panelas percutidas durante o processo de *impeachment* remontam também às longínquas tradições do povo brasileiro.

Segundo Kaysel, quatro paralelos são suficientemente nítidos para que não sejam desconsiderados pelos analistas de conjuntura: a) o moralismo capitaneado pela UDN nos anos 1950 e 1960 e as multidões que atualmente se manifestam nas ruas; b) as críticas ao intervencionismo estatal da política econômica do primeiro mandato de Dilma Rousseff e as que foram feitas durante o segundo governo de

Vargas; c) os atuais discursos que apregoam a necessidade de medidas firmes contra a corrupção e as ideias defendidas por pensadores autoritários nos anos 1920 (a exemplo daquelas apresentadas por Oliveira Viana); d) o ambiente pré-golpe de 1964, no qual havia uma ojeriza aos discursos que propunham mudanças favoráveis à diminuição das desigualdades sociais, e o que se pode observar hoje, nos ataques cada vez mais frequentes cometidos contra representantes desses discursos. Tais indicações de Kaysel nos demovem da tendência a representar o atual contexto como mero fruto de condicionantes inéditos. É o caso também do artigo de Schilling e Koerner, que resgata um percurso narrativo usado com certa frequência na vida política brasileira, a saber o da atuação do poder judiciário na política nacional.

Antes de ser algo específico do presente momento, no qual verificamos a crescente expectativa, em meio ao debate público, de restituição da moralidade e da lei na figura de juízes e promotores públicos, o discurso jurídico acusador da política corrompida também mastreou a oposição do segundo mandato de Vargas. Além disso, tal discurso serviu como importante mote no golpe militar de 1964 e esteve presente também na Nova República desde o seu início. Um roteiro conhecido no qual os papéis já estão dados, restando apenas a designação dos atores sociais: denúncia → escândalo → condenação moral e política → condenação purificadora, realizada por “juízes imparciais que vêm restaurar a ordem” (SCHILLING; KOERNER, 2015, p. 76). Circuito lógico que define os limites políticos da atuação de certas oligarquias existentes na ordem democrática, respaldadas pelo discurso passível de interpretações que caracteriza o Estado de direito.

Política e justiça, dessa forma, dissociam-se na *doxa* que se impõe. Esta, por sua vez, caracteriza-se, de acordo Pierre Bourdieu, como uma produção discursiva fundamentada na “incompetência científica politicamente competente” (BOURDIEU, 1985, p. 154), enunciada por supostos especialistas fadados “a dar aparências de ciência a um terreno em que as aparências sempre são a favor da aparência” (BOURDIEU, 1985, p. 154). Tais especialistas do senso comum são amparados pelo sedutor discurso da imparcialidade presente nos representantes das instituições judiciárias, que se promovem como restituidores naturais do vigor de regimes democráticos afetados pelas supostas vicissitudes de uma cultura democrática corrompida. No contexto brasileiro recente, o direito tende a se definir como uma racionalidade prática favorável a setores sociais específicos, de modo a contribuir para a “distorção dos processos de formação de opinião pública e, com isso, da própria democracia” (SCHILLING; KOERNER, 2015, p. 88).

Ainda no que se refere às *doxas*, Venício de Lima apresenta no quarto capítulo uma análise fundamental sobre os mecanismos de sua reprodução nos meios de comunicação. De saída, devemos lembrar que o perfil dominante dos jornalistas e articulistas que compõem as redações das grandes empresas jornalísticas brasileiras é de direita, e o autor parte dessa premissa, já amparada por análises anteriores, para explorar a firme militância conservadora das empresas de comunicação no Brasil. Ressalta-se que aqui ainda vigora a ausência de legislação sobre a chamada propriedade cruzada, na qual um mesmo empresário pode possuir diferentes meios de um mesmo mercado – rádios, televisões aberta e paga, portais de internet, jornais impressos – fazendo com que a atuação das empresas de comunicações ofereça pouca pluralidade editorial.

Essas características vigoram em nossa vida pública desde os anos 1930, quando das primeiras concessões de serviços de rádio e, posteriormente, nos anos 1950, dos serviços de televisão. Sobre essa prática consolidada, Lima oferece um breve balanço que investiga a participação desses grandes conglomerados midiáticos na legitimação de intervenções reacionárias e propostas conservadoras desde o golpe de 1964. Viu-se, naquele momento, a complexa contradição que permanece até hoje no discurso da imprensa: assume-se o discurso da política democrática ao mesmo tempo em que são realizados apoios às práticas políticas que defendem seu oposto.

Tanto ontem como hoje, o que se verifica no estudo da participação das grandes empresas brasileiras de comunicação é a existência de um embasamento ideológico previamente formatado pelos *thinks tanks* de direita. Se hoje as relações entre o Instituto Millenium e o jornal O Estado de S. Paulo são conhecidas de todos – O Estado, junto com outras empresas, é um de seus financiadores –, quando da formulação de justificativas para o golpe de 1964, não foi diferente. Naquele contexto, muito importante foi a criação da Rede de Democracia, em 1963, para a formulação da ideologia dominante contrária ao governo de João Goulart. Essa entidade consistia numa cadeia de emissoras de rádio que tinham como seus consultores empresários, políticos e intelectuais ligados ao Instituto de Pesquisa Social (IPES) e ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), ambos notadamente antiesquerdistas. Essas colorações ideológicas eram prontamente publicadas nos grandes jornais do período.

Embora as gerações mais recentes não estejam diretamente conectadas às tradicionais empresas de mídia como outrora estiveram, pode-se afirmar que a lógica de atuação dessas empresas impregnou de tal maneira a produção das notícias, que mesmo indiretamente sua influência é ainda muito presente, através

da padronização dos mecanismos usados para a apresentação da informação. A atual estratégia de desqualificação da política e dos políticos (*system blame*) é uma das práticas visíveis nos grandes jornais em momentos de acentuação da crise democrática. Ao invés de analisar as causas econômicas e afins, os jornalistas e formadores de opinião da grande mídia atuam de maneira insidiosa. Segundo Maria do Carmo Campello de Souza, citada por Schilling e Koener, a tendência à denúncia (fundamento básico de potencialização da venda da notícia, diga-se de passagem) estabelece no senso comum uma “ligação direta e extremamente nefasta entre a desmoralização da atual conjuntura e a substância mesma dos regimes democráticos” (SOUZA apud SCHILLING; KOERNER, 2015, p. 100), resultando em uma desqualificação seletiva de determinados setores da sociedade, dando a impressão de que “corrupção, cinismo e desmando são monopólios dos políticos, dos partidos ou do Congresso” (SCHILLING; KOERNER, 2015, p. 100).

Há de se ressaltar também o comprometimento das grandes empresas jornalísticas com a rejeição das propostas de regulação dos meios de comunicação, sendo que essa importante pauta democrática passa a ser associada pelos conglomerados midiáticos a supostas posições autoritárias de esquerda. Nesse terreno pouco aberto à participação democrática, a emergência de discursos de ódio simplifcadores, definidos e difundidos a partir dos grandes veículos, tem livre circulação no debate público. Esses componentes contraditórios, segundo Lima, contribuem para a compreensão da defasagem entre discurso democrático e práticas antide-mocráticas realizadas pelas empresas de comunicação.

Dos dados trazidos pelo artigo de Codato, Bolognesi e Roeder, intitulado *A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador*, vários corroboram a tese de que a direita no Brasil vem crescendo de maneira significativa, tendência esta que acompanhou o crescimento da ala mais extremada da direita também na Europa (Reino Unido, Grécia, Alemanha e Hungria). Embora o artigo tenha sido escrito antes do *Brexit* e da vitória de Donald Trump, os autores já haviam notado, em 2015, a adesão dessa chamada “nova direita” à agenda anti-imigração.

A direita renovada, no Brasil, retirou da antiga – Arena e PDS – a manutenção de posturas conservadoras em relação aos costumes. Todavia, diferente dela, adotou elementos novos que antes não eram observados, a exemplo da formação de alianças com setores mais alinhados à esquerda e propensos a admitir estrategicamente certos programas sociais. Essa hipótese, no próximo e distante ano de 2015, foi apresentada a partir da leitura que os autores fizeram dos dados estatísticos do Tribunal Superior Eleitoral. A pesquisa empreendida pelos autores

teve como intuito a investigação da força partidária representada por candidatos a deputados federais – bem como aqueles que foram eleitos – nas eleições de 1998, 2002, 2006 e 2010.

Por sua vez, Marco Antonio Faganello, em “Bancada da bala: uma onda da maré conservadora”, aponta para a miríade de posicionamentos à direita que, embora não possam ser reduzidos a uma totalidade definida por concepções estritamente idênticas, possuem uma unidade conjuntural. É possível, desse modo, estabelecer uma série de tipologias habitáveis no seio mesmo da macro-categoria, de forma que essas categorias tendem a flutuar de acordo com as tensões que se observam nesse espaço. Das derradeiras eleições de 2014, mantiveram-se nas casas legislativas, segundo o autor, ao menos três sub-grupos principais: Bancada Empresarial, reunindo os estandartes do liberalismo econômico; Bancada Religiosa Conservadora, empenhada na cruzada pelos direitos da família e pela moralização dos costumes; Bancada da Bala, representante dos setores favoráveis à redução da maioria penal e contrários ao Estatuto do Desarmamento.

O caso paulista demonstra bem a força que a Bancada da Bala vem ganhando em meio à maré conservadora mais geral. Entre os parlamentares que foram eleitos em 2012, muitos ostentavam graves discursos que violavam premissas básicas dos Direitos Humanos. Em sua grande maioria vinculados às instituições militares, os deputados e vereadores dessa bancada desfrutaram de grande popularidade no eleitorado mais suscetível a acreditar que a questão social pode ser reduzida à securitização dos espaços públicos. Nessa lógica, a referida bancada vem engrossando o caldo dos defensores de “menos direitos e mais deveres” – expressão de uma ideologia securitária-autoritária que ganha crescente terreno na política institucional –, justificando ações extremistas e discursos de ódio contra minorias e populações com menos acesso aos bens públicos e privados.

Tem-se uma ideologia que canaliza os ódios em direção a determinados setores, retirando a responsabilidade de outros. Assim, o policial, a despeito das precárias condições de trabalho em que exerce suas atividades, é apresentado como um legítimo herói, portador de uma “autonomia radical” (FAGANELLO, 2015, p. 151). Aos críticos dos abusos dessas forças é atribuído o epíteto de “defensores de bandidos”. Todavia, esse aparato discursivo não se sustenta por si só, uma vez que não há coesão lógica, pois “se constitui enquanto uma disposição difundida nas relações sociais cotidianas, com certa fluidez e falta de rigor lógico-formal, sem propósitos pautados objetivamente para a conformação de uma ação política coordenada” (FAGANELLO, 2015, p.153).

Embora seja impossível aferir que os estratos médios tendem sempre a assimilar esses discursos com mais facilidade, no caso da cidade de São Paulo, estudado pelo autor, há uma correlação entre a proeminência desses discursos autoritários-securitários e os referidos estratos. O mesmo não é observado nos estratos mais periféricos da cidade, uma vez que se observa entre eles sobretudo a votação em candidatos alinhados ao discurso religioso que, embora não possa ser reduzido e compreendido como expressão do conservantismo, possui relações profundas, como indicam os recentes estudos efetuados pelos sociólogos que atualmente se dedicam à análise das questões religiosas.

No capítulo sete, a relação entre o discurso religioso e os pensamentos pertencentes ao espectro da direita é pesquisada por Julio Córdova Villazón, em artigo intitulado “Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político”. Afirmo o autor que a presença evangélica no espaço público latino-americano, de maneira esquemática, sucedeu-se por quatro etapas. A primeira delas, datada da passagem do século XIX para o século XX, pautou-se pela defesa da liberdade religiosa frente o Estado. O segundo momento esteve relacionado com a polarização ideológica dos anos 1960 e 1970, na qual os evangélicos assumiram uma postura pouco combativa contra regimes militares, tendendo a apoiá-los. Já nos anos 1980 e 1990, durante o processo de redemocratização, a presença religiosa passou a se institucionalizar na lógica partidária, sendo possível assinalar a criação de partidos políticos de base evangélica. Por fim, a partir dos anos 2000 o que se percebe é a mudança de atuação política dos evangélicos, não mais veiculadas sobre partidos abertamente de confissão evangélica, mas sim através de uma força moral exercida sobre partidos diversificados.

No século XXI, de acordo com Villazón, os autointitulados grupos “pró-família” e “pró-vida” passam a adquirir uma grande influência na vida política brasileira. A composição social desses grupos, como se sabe, obedece a um discurso rigoroso, e muitas vezes abertamente intransigente, segundo o qual há um modelo correto de socialização centrado na família nuclear, heterossexual e liderada pelos homens. Quando presente no espaço público, tais discursos tendem a estabelecer práticas avessas às mudanças sociais. Os discursos teológicos, por serem lidos como sagrados, tendem a se impor sobre as diferenças no jogo político ao redor da América Latina, como é o caso das batalhas travadas sobre os corpos das mulheres no que se refere às tentativas de regulamentação do aborto e da implementação de métodos contraceptivos, atualmente em curso em países como Brasil, Nicarágua, Costa Rica, Peru, Equador e Bolívia.

A classe média, como se sabe, é vasta em sua composição, de modo que é possível criar subdivisões conceituais em seu interior. Segundo Sávio Cavalcante, no oitavo capítulo, “Classe média e conservadorismo liberal”, uma das categorias sociais que vêm desempenhando um papel político importante desde as manifestações de 2013 é a chamada alta classe média, que pode ser caracterizada segundo alguns atributos aproximados: possuidora de rendimentos superiores a dez salários mínimos e não integrante da esfera do 1% mais rico da sociedade brasileira; profissionais com alto grau de autonomia (médicos, professores universitários, gestores públicos em cargos de direção, engenheiros e economistas); detentores de alto capital cultural.

A tese defendida pelo autor é a de que o ciclo político dos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2015), através de políticas neodesenvolvimentistas que pouco atacaram o núcleo do pensamento neoliberal consolidado nos anos 1990, secundarizaram o “critério meritocrático como forma de escolha/seleção em instituições ou serviços públicos” (CAVALCANTE, 2015, p. 180), potencializando a reprodução social da classe média, não apenas no que diz respeito à ascensão financeiro-econômica, observada na ampliação do consumo, mas também nos componentes ideológicos próprios dessa classe, a exemplo da ideologia do dom e do merecimento, que naturalizam desigualdades sociais previamente existentes nas trajetórias pessoais.

O capítulo nove, “Protestos à direita no Brasil (2007-2015)”, escrito por Luciana Tatagiba, Thiago Andrade e Ana Claudia Chaves Teixeira trata da onda de protestos recentemente protagonizados pela direita. No artigo, os autores buscam o momento de mudança da hegemonia desempenhada pela esquerda nas ruas desde a redemocratização: 2015 foi o ano em que, pela primeira vez desde o fim do regime militar, a direita se organizou para realizar atos de protesto contra a situação política do país. Todavia, a construção dessa disposição foi iniciada de maneira mais evidente em 2007, quando do surgimento do então incipiente “Cansei”, movimento liderado por setores pertencentes às camadas médias e altas da sociedade brasileira que se manifestaram inicialmente contra o acidente envolvendo o voo 3054, da TAM Linhas Aéreas.¹

¹ Ao observador atento não passou despercebido que a atual promessa de renovação do PSDB, o empresário João Dória Jr., atuou como um dos líderes, dez anos atrás, dos atos do Cansei. Na ocasião, Dória Jr. afirmou que as duas principais pautas do movimento eram o combate à corrupção e a reforma tributária. Desde então, como se viu, tais bandeiras permaneceram flamulando nos movimentos de direita. Ver: “Prefiro cães à ladrões”, entrevista publicada em Revista Veja, edição 2023, 29 de agosto de 2007.

Desde então, os atos realizados por esses setores mantiveram o mesmo mote de duras críticas ao Partido dos Trabalhadores, associado pelos manifestantes à corrupção e ao mau uso da máquina pública. Assim, a despeito das reais responsabilidades dos governos do PT no que diz respeito à corrupção do sistema político, houve a partir desse momento uma grande construção social do discurso antipetista entre os setores médios e altos, reverberado pela cobertura sempre parcial da mídia brasileira. Vociferada em uníssono pelos manifestantes, a posição antipetista foi o principal elemento agregador presente nos atos de protesto que a direita protagonizou a partir de então.

Com a internet, a articulação dos setores conservadores vem ganhando novas formas de manifestação. No décimo capítulo que compõe o livro, “Direita nas redes sociais online”, Sérgio Amadeu investiga a dinâmica da direita junto ao “ecossistema comunicacional” (AMADEU, 2015, p. 215), possibilitado pelo ambiente digital. Nesses espaços, Amadeu afirma que se constituiu uma ambivalência fundamental, já que a presença da diversidade de matizes sociais e políticas possibilita uma disseminação também de conteúdos antidemocráticos, contrários aos Direitos Humanos e outras causas duramente conquistadas por setores progressistas, uma vez que, segundo as pesquisas realizadas pelo autor, as informações trocadas pelos usuários depreendem seu lastro de veracidade a partir de laços de amizade ou de simpatias, a despeito da factualidade a elas atribuídas.

Novamente, um momento de inflexão é observado a partir das manifestações de junho de 2013, já que a pesquisa acerca da movimentação das redes sociais no período evidencia que a internet passou a ser uma das principais arenas de disputa pelas visões de mundo à esquerda e à direita. O efeito negativo dessa mudança de espaços de disputa recaiu sobre os tradicionais partidos e sindicatos, uma vez que não conseguiram acompanhar de imediato as novas estratégias em jogo. O efeito positivo, de acordo com o autor, foi um dos responsáveis pela formação de uma nova direita:

A esquerda foi mais lenta e menos capaz de disputar o senso comum nas redes sociais. A direita cresceu compartilhando reportagens da revista *Veja*, textos de Olavo de Carvalho, discursos do Bolsonaro, notícias contra a corrupção do PT combinadas às críticas contundentes às políticas sociais do governo Lula (AMADEU, 2015, p. 223)

Uma dessas novas estratégias de disputa no espaço inaugurado pela internet é a dos chamados *memes*, ideias que possuem forte apelo emocional e que dialogam

diretamente com o senso comum, replicadas exaustivamente com maior ou menor intensidade pelos usuários durante um certo período. Embora não seja conscientemente definido pelos que os compartilham, o *memes* fazem parte do léxico político utilizado na internet, e a análise de sua potência tem se mostrado importante para a compreensão dos discursos que fundamentam as tomadas de posição no atual espaço público. Os perfis e as páginas de direita que produziram *memes* de cunho político, segundo o levantamento de Amadeu, incidiam em três principais posições: a) a esquerda trouxe consigo a corrupção como prática de governo; b) as políticas sociais dos governos de esquerda beneficiam pessoas que optam por não trabalhar; c) a noção de direitos humanos serve apenas para que os criminosos fiquem impunes (AMADEU, 2015, p. 224).

O levantamento de Sérgio Amadeu também traz outros dados reveladores para a compreensão das últimas disputas políticas. Segundo ele, no primeiro semestre de 2015, as principais lideranças da direita alcançaram, através da internet, uma audiência diária próxima a 40 milhões de usuários. Por fim, o autor faz ressalvas à tese de que o poder político do país é alcançado apenas através da ocupação dos governos, pois, segundo ele, os até então chamados “*militantes de sofá*”, ao participarem dos debates públicos através das redes sociais online, exercem uma significativa influência na reprodução de valores conservadores e autoritários.

O artigo de Álvaro Bianchi, “Buckley Jr., Kirk e o renascimento do conservadorismo nos Estados Unidos”, traz uma extensão dos temas até então trabalhados no livro para o contexto internacional. Bianchi esboça uma linhagem presente no renascimento do pensamento conservador dos Estados Unidos iniciado a partir dos anos 1950. Essa vertente teve como seus divulgadores pensadores decididos a interferir na guerra pelas “*mentes da geração emergente*” (BIANCHI, 2015, p. 258) defendendo ataques agressivos a qualquer forma de expressão política ligada ao coletivismo, sobretudo os comunistas e simpatizantes de ideias progressistas de mudança social e de maior presença do Estado na economia – atribuídos à tradição do *liberalism* estadunidense.

Nos Estados Unidos, o ambiente instado pelo pós-guerra definiu a luta pelos corações e mentes como um dos principais espaços de disputa. Duas trajetórias são assimiladas por Bianchi para expor esse campo de batalhas pelas ideias junto ao espaço público do período 1960-1980: a de William Buckley Jr. e de Russell Kirk. A presença de ambos foi bastante significativa no embate empreendido pelos conservadores contra os liberais, sendo a união de forças entre diferentes correntes do conservadorismo estadunidense fundamental para a emergência das

políticas neoliberais implementadas a partir da década de 1980 – Reagan, grande admirador dos dois, condecorou-os com a *Presidential Citizens Medal*, em 1989.

Buckley Jr. foi fundador da revista *National Review*, em 1955, e através dela exerceu grande influência na disseminação do pensamento radical de direita, alinhado ao conservadorismo. Kirk, por sua vez, autor de *The Conservative Mind*, notabilizou-se pelo violento ataque contra o pensamento liberal e pela reconstituição da história dos Estados Unidos através da linhagem de pensadores iniciada por Edmund Burke. Tanto um quanto outro defendiam a urgência na elaboração de uma frente ampla no terreno da cultura, de maneira a promover uma reforma ética capaz de cessar a presença de ideias progressistas e comunistas no debate público estadunidense.

O capítulo “A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução” foi escrito por Reginaldo C. Moraes. No artigo, percebe-se que para além dos já tradicionais meios de barganha política nas democracias representativas ao redor do mundo, oficialmente canalizadas pelos partidos políticos, associações e sindicatos – bem como extraoficialmente, no caso brasileiro, pelos lobistas de grandes empresas – Moraes traz ao debate a presença e a força dos chamados *think tanks* na dinâmica política e social. Tais *think tanks*, ressalta-se, não podem ser considerados meras instituições que atuam orientados pela aprovação dos interesses dos meios empresariais junto aos governos, uma vez que “não se limitam a modular as políticas. Tentam é modelar o ambiente geral da política, a agenda” (MORAES, 2015, p. 232). Essa característica nuclear de atuação tem se destacado de maneira crescente na análise das práticas e dos discursos em voga na Administração Pública.

Assim, enquanto os *lobbies* são caracterizados pelo assédio direto aos agentes governamentais capazes de conduzir votações legislativas em benefício do empresariado, os *think tanks* operam na esfera da remodelagem das informações e debates levados ao espaço público pautados pelo lema “mais mercado, menos Estado”: como exemplo disto estão as reformas trabalhistas, tributárias, urgência das privatizações etc. Tais espaços são definidos sobretudo na imprensa – produção de *press releases* e difusão das pesquisas realizadas por essas instituições – e nas universidades – criação de cátedras, revistas, patrocínio de eventos etc. –, cumprindo-se, segundo Moraes, o papel de *agenda setting* e de *framing*. O esforço não parece ter sido em vão, haja visto a manutenção da imagem positiva do empresariado brasileiro em meio aos escândalos de corrupção que tem protagonizado nos últimos anos.

A presença e o crescimento dos *think tanks* tem se tornado uma questão bastante importante para compreender a difusão de determinadas visões de mundo junto aos meios de comunicação e às instituições públicas.² No Brasil conta-se atualmente com 89 instituições que correspondem aos critérios definidos pelo *Global To Go Think Tanks Index Report*.³ O termo, originado nos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria esteve desde então associado a instituições que promovem visões de mundo alinhadas às tendências encontradas entre os variados pensamentos de direita. Entretanto, a despeito da diferença de abordagens receitadas para os formuladores de políticas públicas e influenciadores de opinião (por Hayek chamados de “ideólogos de segunda classe”), a maioria dessas instituições está de acordo com a redução do papel do Estado junto à economia.

A atuação desses *think tanks*, inicialmente discreta e pouco associada à esfera pública, ganhou contornos de ativismo político a partir da década de 1970, cujo modelo de referência se tornou a *Heritage Foundation*, de 1973. Nos anos 1980, essas instituições foram as principais formuladoras das políticas neoliberais nos Estados Unidos e na Inglaterra, o que explica em grande parte a similaridade existente entre os discursos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan – bem como a posterior difusão para os então chamados países em desenvolvimento – resultantes do intercâmbio entre intelectuais e ativistas de direita oriundos desses dois países. O crescimento desde então se manteve constante. Durante anos 1970, os Estados Unidos, que contavam com cerca de 70 instituições, passou a abrigar aproximadamente 300 delas, mantendo-se no topo do ranking de número de *thinks tanks* e de influência sobre políticas públicas disseminadas ao redor do mundo. Nos anos 1980, essas instituições propagadoras do ideário neoliberal se reuniram em uma central coordenadora, denominada *Atlas Economic Research Foundation* – atual *Atlas Network* – que se expandiu de maneira exponencial, fomentando outras semelhantes ao redor do mundo.

Como se sabe, o Chile durante o governo de Pinochet foi um país estratégico para as experimentações neoliberais durante os anos 1970. Todavia, os *think tanks* defensores do neoliberalismo começaram a ganhar terreno na América

2 A definição oferecida por Camila Rocha engloba todas as instituições permanentes de “pesquisa e análise de políticas públicas que atuam a partir da sociedade civil, procurando informar e influenciar tanto instâncias governamentais como a opinião pública no que tange à adoção de determinadas políticas públicas” (ROCHA, 2015, p.262).

3 Os dados que Camila Rocha utiliza são provenientes do relatório de 2014, quando o Brasil contava com 82 instituições. Em dois anos esse número subiu para 89 instituições. A Argentina, país no qual se encontram o maior número de *thinks tanks* da América Latina, manteve estável sua lista de 137 instituições, o que demonstra uma crescente tendência na criação dessas instituições no Brasil. Ver: *Global Go To Think Tank Index Report*, University of Pennsylvania, 2016.

Latina somente durante os anos 1980 e 1990, e atuação do *Atlas*, nesse sentido, foi fundamental para a padronização do discurso levado adiante por essas instituições recém-criadas.

Com o passar dos anos as políticas públicas implementadas sob influência desses *thinks tanks* não resultaram necessariamente em crescimento econômico e melhores condições de vida para as populações, contrariando na prática o discurso formulado pelos seus defensores. Na América Latina, esse fracasso acarretou uma crescente simpatia por agendas políticas progressistas como ficou evidente nas eleições que levaram ao poder vários políticos de esquerda, durante primeira década dos anos 2000. Com o referido *turn left*, os *think tanks* latino-americanos passaram a desfrutar de menor influência direta nos governos, o que resultou numa mudança em suas frentes de atuação, buscando uma maior abrangência e disseminação de suas visões de mundo nos setores civis. Desde então esses *think tanks* não pararam de crescer: em 2005 eram 35; em 2014, período abordado pelo artigo de Camila Rocha, eram 72; e em 2017, são 82 instituições filiadas ao *Atlas*,⁴ todas elas recebendo constantes e crescentes aportes financeiros de variados setores ligados ao empresariado nacional e internacional.

O último capítulo da obra, intitulado “O golpe parlamentar no Paraguai. A dinâmica do sistema de partidos e o poder destituente do Congresso”, escrito por Fernando Martínez-Escobar e José Tomás Sánchez-Gómez, amplia o olhar para o que ocorreu no Paraguai em 2013, com a controvertida deposição do presidente eleito Fernando Lugo, através do *impeachment* organizado pelo Congresso. Segundo os autores, o Congresso paraguaio se tornou um poder destituente-arbitrário, de modo que as maiorias políticas adquiriram a capacidade discricionária de deposição de um presidente legitimamente eleito com base em provas inconsistentes – de “conhecimento público”, no caso.

As raízes do processo são familiares a vários países da América do Sul. No caso específico do Paraguai, desde o século XIX, as mudanças políticas haviam sido efetuadas contando sempre com o protagonismo das forças armadas, aliados a setores civis, em detrimento de mecanismos políticos democráticos. Segundo os autores, somente na eleição de Fernando Lugo, em 2008, houve de fato uma

4 No Brasil as instituições filiadas à rede Atlas e que defendem o livre mercado são: Centro Interdisciplinar de Ética e Política Personalista, Estudantes Pela Liberdade, Instituto de Estudos Empresariais, Instituto de Formação de Líderes, Instituto Liberal de São Paulo, Instituto Liberal, Instituto Liberdade, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, Instituto Millenium, Líderes do Amanhã, Mackenzie Center for Economic Freedom e Students for Liberty Brazil. Ver: <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/latin-america-and-caribbean/3> (acessado em 25/06/2017).

alternância de partido na presidência. Todavia, não se pode afirmar que depois disso houve a consolidação de fato de uma democracia representativa, na qual a divisão de poderes e o pluripartidarismo estão incluídos. Ocorreu, em verdade, uma mudança na dinâmica política, de modo que o número de canhões foi deixado de lado, em benefício do número de cadeiras políticas, como afirmam Martínez-Escobar e Sánchez-Gómez. Essa dinâmica instaurou aquilo que pode ser compreendido como um julgamento político capaz de dissolver governos eleitos pelo voto popular.

A genealogia traçada pelos autores indica uma mudança de influências dos militares apenas no mandato de Juan Carlos Wasmosy (1993-1998), quando de uma crescente manifestação popular que conduziu a aposentadoria forçada do então influente general Lino Oviedo. Todavia, a despeito do fim do julgo sempre presente dos militares, as decisões e forças transferidas para o Congresso permaneceram arbitrárias, instituindo uma série de golpes civis (em 2003, contra Raúl Cubas Grau, provocando sua renúncia; e a de seu sucessor, Luís Ángel González Macchi, no mesmo ano), mas apenas em 2013, quando do processo de *impeachment* de Fernando Lugo, foi levada a cabo sua culpabilização seguida de deposição. Tanto as motivações quanto as reais responsabilidades do presidente foram consideradas pouco importantes frente ao peso dos votos dos congressistas. Ou seja, tratou-se de um mecanismo fora de lugar, uma vez que a atuação do Congresso foi pautada por princípios do parlamentarismo, embora a constituição do país seja baseada no presidencialismo, evidenciando-se as características do golpe. As acusações contidas no Libelo Acusatório pouco importaram frente à perda de confiança do presidente junto ao Congresso.

Desse modo, no caso do Paraguai, pode-se afirmar que houve uma justaposição de condicionantes históricas, institucionais e políticas no golpe, decorrentes de uma articulação de variados setores tradicionais da sociedade paraguaia. Estranho presságio a obra terminar com essas conclusões, uma vez que poucos meses após a publicação da obra aqui foi iniciado um processo similar ao do nosso vizinho, que teve como efeito de escárnio a deposição de Dilma Rousseff pelo Congresso Nacional.

A finalidade dos artigos reunidos pelos autores não é totalizante, o que fica visível na variedade de frentes mobilizadas. Entretanto, os esforços compilados fazem com que a obra permaneça atraente para os interessados em compreender os variados arranjos da direita, através de suas práticas remodeladas. Entre possíveis considerações finais pode-se ressaltar a importância da mobilização também de sociólogos preocupados diretamente com outros terrenos de mudança discursiva,

destacando-se o vertiginoso crescimento da direita também na produção cultural do Brasil nos últimos anos. Sobre isso, importa compreender como desde o fundamental *Cultura e Política*, de Roberto Schwarz, a esquerda parece estar afastada – ou, pelo menos, sob ataque redobrado – daquilo que o crítico outrora identificou como o domínio de sua hegemonia, a saber a produção cultural (SCHWARZ, 2001). Além disso, uma análise – ou autoanálise – da atual posição ocupada pelas Ciências Sociais na presente configuração do campo acadêmico é importante de ser realizada, de maneira a tornar mais nítidos os universos de possibilidades existentes para a atuação intelectual, bem como de investigar estratégias nas frentes de luta epistemológica promovidas pela direita. Essas ausências, no entanto, só estimulam a produção renovada e constante de esforços coletivos para a compreensão da radicalidade e do efeito de integração que a direita vem adquirindo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADEU, Sérgio. “Direita nas redes sociais online”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (orgs.) *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 213-230.
- BIANCHI, Alvaro. “Buckley Jr., Kirk e o renascimento do conservadorismo nos Estados Unidos”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (orgs.) *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 247-260.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. “Os Doxósofos”, in: THIOULENT, Michel (Org.). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Ed. Polis, 1985.
- CAVALCANTE, Sávio. “Classe média e conservadorismo liberal”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (orgs.) *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 177-196.
- FAGANELLO, Marco Antonio. “Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (orgs.) *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 145-162.
- KOERNER, Andrei; SCHILLING, Flavia Inês. “O direito regenerará a república?: Notas sobre política e racionalidade jurídica na atual ofensiva conservadora”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (orgs.) *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 75-91.

- MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. “A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (orgs.) *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 231-246.
- ROCHA, Camila. “Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (orgs.) *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 261-270.
- SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (orgs.) *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.